

## Zona Costeira - MPF em Santos

- Ciclovia orla de Santos
- Orla do Itararé em São Vicente
- Dragagem do canal do Porto de Santos e erosão de praias de Santos
- Plataforma do Emissário de esgotos de Santos e construção do Museu Pelé na praia.

# Zona Costeira - MPF em Santos

- Princípios de atuação
  - CF 225
    - proteger e recuperar ecossistemas
  - Lei 7661/88 (EIA/RIMA, prioridade de conservação)
  - Lei 9.636/98
  - Lei 7.347/85
  - Bens de uso comum do povo
  - livre e franco acesso à praia e ao mar em qualquer direção e sentido
  - qualidade ambiental (faixa de areia, sol e uso público gratuito)

## Zona Costeira - MPF em Santos

- Ciclovia orla de Santos
  - Atuação conjunta com o MPE/Santos entre 1997 e 2003
  - Intenção inicial era construir na faixa de areia ao lado do calçadão
  - tratativas extrajudiciais
  - Prefeitura aceitou realizar fora da faixa de areia (com ajustes na avenida da praia)

## Zona Costeira - MPF em Santos

- **Orla do Itararé em São Vicente**
  - Ação civil pública (2002.61.04.004942-3 - 0004942-09.2002.4.03.6104), proposta em 07/2002 - réus União Federal, Prefeitura Municipal de São Vicente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
  - liminar 6/2/2003
  - acordo em 7/12/2006 - realização do jardim, iluminação, ciclovia, calçadão, sanitários nos quiosques, plantio de espécies nativas da mata atlântica, playground, dentre outros equipamentos públicos

## Zona Costeira - MPF em Santos

- Dragagem do canal do Porto de Santos e erosão de praias de Santos
  - Ação Civil Pública proposta em 25 de junho de 2015 (nº 0004665-36.2015.403.6104)
  - objetivo: evitar que persista e aumente a acelerada erosão constatada na Ponta da Praia de Santos após o início, em fevereiro de 2010, da operação de dragagem de aprofundamento e alargamento do canal do Porto de Santos.
  - reduzir largura excessiva do canal de acesso, com base em cálculos periciais do MPF;
  - Termo de Acordo para Homologação Judicial nos Autos da em dezembro de 2017.  
Rerratificação em 19/10/2022.
  - projeto complementar em andamento - UNICAMP (projeto que não altere as características originais da praia, buscando recuperar a faixa de areia pela redução da energia das ondas).

**Março de 2010**



**Dezembro de 2013**



**Obs:** última Torre de Iluminação, de fundo na primeira foto, e árvore que estavam na faixa de areia retiradas por acelerada erosão que atinge a Ponta da Praia. Construída rampa de alvenaria onde antes era areia e reforçada a estrutura da Torre de Iluminação em primeiro plano com instalação de mureta em direção do mar e colocação de pedras na sequência.

**Março de 2010**  
**Imagen da rampa de acesso de embarcações que foi desativada**



**Março de 2013**  
**Rampa de acesso a embarcações desativada e construção de deque sobre ela**



**Março de 2010**

**Imagen de escada que dava acesso à faixa de areia para pedestres (em segundo plano  
Torre de iluminação retirada)**



**Janeiro de 2014**



**Fechamento da escada com construção de mureta em seu lugar**



\* Imagem extraída da fl. 63, Vol. I, do EIA da dragagem de aprofundamento  
e alargamento do canal do Porto de Santos (fl. 335, vol. II, do ICP anexo)

Amaro, ou seja, é proibida a mão dupla nessa parte do canal de navegação, que praticamente se sobrepõe ao seu Trecho I, conforme imagem abaixo extraída do Programa Google earth:







## Zona Costeira - MPF em Santos

- Plataforma do Emissário de esgotos de Santos e construção do Museu Pelé na praia.
  - ação civil pública do MPF
  - decisão liminar determinou a suspensão da obra e desmontagem do canteiro de obras do Museu Pelé sem EIA/RIMA.
  - Estudo realizado.
  - SPU não renovou cessão da área de praia do museu
  - MPF e União ajuizam ação contra a Sabesp e Prefeitura de Santos
    - Prefeitura - recuperar área onde estava sendo construído o museu
    - Sabesp - custear a manutenção da plataforma, com jardins, iluminação, segurança etc, pois foi a responsável por deixar a plataforma (que não estava no projeto do emissário nos anos 1970)
  - Acordo na acp autorizado judicialmente em 18/12/2006